

Ministério da Educação
Fundação Universidade de Brasília
Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro
nos Cargos de Nível Superior e de Nível Intermediário

PROVA DE DESEMPENHO TEÓRICO-PRÁTICO

CARGO 21: TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS

SITUAÇÃO-PROBLEMA 1 – VÍDEO

Você assistirá a um vídeo gravado em LIBRAS. Em seguida, o vídeo será reproduzido novamente e você deverá interpretá-lo, simultaneamente, para a língua portuguesa.

PROVA DE DESEMPENHO TEÓRICO-PRÁTICO

CARGO 21: TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS

PADRÃO DE RESPOSTA – TEXTO (VÍDEO)

Tradução de literatura infantojuvenil: autoria e criatividade permeada em texto multimodal

As traduções são produtos materiais com formas definidas escolhidas com o objetivo de levar ao leitor um texto em outra língua ou trazer um texto original a uma comunidade doméstica. Nesse contexto, existem discussões acerca do que se espera de traduções e de sua validade quanto à autenticidade. Comumente, a autoria é definida como originalidade, enquanto a tradução é tida como imitação e, portanto, como texto distorcido, contaminado e inautêntico. Para os estudiosos da literatura, as traduções são consideradas sem “contribuição válida ao conhecimento da literatura”, estrangeira ou doméstica.

Muitas pesquisas afirmam que a busca pela fidelidade em interpretação e tradução se resume a uma conquista utópica. Por isso, surgem questionamentos interessantes sobre a beleza e o valor de novas criações que não sejam subordinadas ao texto de partida e que possibilitem a sua circulação em uma cultura em que, sem tradução de qualidade, a sua apreciação não aconteceria.

Então, o que torna uma tradução bem-sucedida? Isto é, qual é o seu objetivo? Se o objetivo do autor é ser aceito em outra cultura, se deseja que sua obra seja vendida para, com isso, obter lucro, ele permitirá que adaptações enriquecedoras sejam feitas em seu nome? O tradutor é um coautor? A tradução é uma nova obra, de autoria do tradutor, relacionada ao texto de partida pelas ideias imateriais deste?

Hoje, a servidão do tradutor se deve ao autor do texto de partida por obrigação ética profissional estabelecida na legislação dos direitos autorais. A Carta do Tradutor da Federação Internacional dos Tradutores dispõe que toda a tradução deverá ser fiel, verter exatamente a ideia e a forma do original, e que essa fidelidade constitui uma obrigação tanto moral como legal do tradutor, sem ser confundida com “tradução literal”, não se excluindo a adaptação, para que a “forma”, a “atmosfera” e o “sentido mais profundo” sejam sentidos noutra língua e noutro país.

Contudo, para verter “exatamente” a ideia e a forma do original, há uma gama de possibilidades e escolhas justificáveis que proporcionam certa liberdade ao tradutor. O tradutor é aquele que vai, com muita habilidade e experiência, transportar um texto de uma língua para outra, sem contaminá-lo. Entende-se que, ao conceber a tradução, diferentemente da concepção estrutural, o tradutor transforma, produz significados e recria formas na língua para a qual traduz.

Se a tradução não é automática, mas dependente, em parte, das escolhas e preferências dos tradutores, por que esses profissionais devem manter sua invisibilidade? Lawrence Venuti discute a questão da (in)visibilidade do tradutor em seu livro **Escândalos da Tradução**. Ele questiona o autoritarismo e a agressão contra a heterogeneidade cultural, por uma ética da diferença, ao propor a abertura à livre circulação de textos que exponham o berço cultural onde fora concebido o texto de partida.

Apesar de as reflexões de Venuti não envolverem línguas de sinais, esse autor serve como aporte teórico. Além dele, Rosa contribui com a discussão ao afirmar que, enquanto os tradutores em geral buscam visibilidade em seus trabalhos, os tradutores intérpretes de línguas de sinais são visíveis em sua atuação. Como as traduções para língua de sinais ainda carregam fortes evidências de oralidade, no sentido de não serem escritas, elas expõem o tradutor praticamente como autor do texto.

Os surdos estabelecem o olhar para conversar uns com os outros e determinar quem são os interlocutores de uma conversa. Assim, no momento em que o tradutor olha para a câmera, os expectadores o veem como o seu interlocutor e podem facilmente vê-lo como autor. Essa questão da autoria causa alguns “ruídos” na comunicação, já que o tradutor pode estar traduzindo algo que não representa suas visões de mundo, o que exige esclarecimentos quanto à autoria do texto.

Fonte: Tom Min Alves. **Tradução de literatura infantojuvenil: autoria e criatividade permeada em texto multimodal**. In: Neiva de Aquino Albres (Org.). **Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias**. Florianópolis: Biblioteca Universitária UFSC, 2017. ISBN 978-85-64093-05-8, p.14-21 (com adaptações).

Ministério da Educação
Fundação Universidade de Brasília
Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro
nos Cargos de Nível Superior e de Nível Intermediário

PROVA DE DESEMPENHO TEÓRICO-PRÁTICO

CARGO 21: TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS

SITUAÇÃO-PROBLEMA 2 – ÁUDIO

Você ouvirá uma gravação de áudio em língua portuguesa. Em seguida, a gravação será reproduzida novamente e você deverá interpretá-la, simultaneamente, para a LIBRAS.

PROVA DE DESEMPENHO TEÓRICO-PRÁTICO

CARGO 21: TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS

PADRÃO DE RESPOSTA – TEXTO (ÁUDIO)

Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos

O bilinguismo, no caso dos surdos, pressupõe o acesso pleno à língua de sinais como primeira língua, o que representa o elemento fundador da subjetividade dos sujeitos na constituição de sentidos sobre o mundo e no acesso ao conhecimento. Posto isso, o aprendizado das línguas que a sucederão será decorrente da necessidade de interação significativa com o meio social em que se inserem e, certamente, a aprendizagem significativa será dependente da função social atribuída a essa segunda língua nas relações cotidianas do aprendiz.

O bilinguismo dos surdos pressupõe alguns intervenientes que o diferenciam de outras formas de bilinguismo ocorridas institucional ou socialmente. Geralmente, a utilização do termo bilinguismo está relacionada à aquisição de duas ou mais línguas naturais, em situação de complementaridade, com *status* e funções diferenciadas, a depender das variadas situações de interação em que tais línguas estiverem envolvidas. Nesse caso, considera-se bilíngue o sujeito que possui, em uma segunda língua, competências, em algum nível, relacionadas a uma ou mais de uma das quatro habilidades básicas: falar, compreender, ler e escrever.

Alguns teóricos da aquisição de segunda língua sugerem diferenciar aquisição de aprendizado de segunda língua. O processo de aquisição é inconsciente e conduz ao domínio dos comandos funcionais das regras da língua, sem que seja necessária a consciência da existência dessas regras. Nesse caso, aprendizes, crianças ou adultos, adquirem naturalmente a língua, como ocorre com falantes nativos.

Em contrapartida, o processo de aprendizado assume características bastante diferenciadas. Para aprender outra língua, é necessário um processo formal e sistemático de instrução que pressupõe a memorização de vocabulários, estudo gramatical, traduções e, até, o uso de expressões idiomáticas. Esse aprendizado envolve habilidades relacionadas a conhecer “sobre a língua”, o que não necessariamente conduz a conhecer “a língua”, tal qual ocorre em situações de imersão.

Em síntese, o processo de aquisição não exige instrução formal, uma vez que ocorre naturalmente. Diferentemente, o processo de aprendizado exige a ação mediadora de uma instituição de ensino, por meio da sistematização de estratégias formais. Desse modo, o bilinguismo dos surdos assume caráter induzido, já que, das duas línguas em questão, apenas uma pode ser adquirida — a língua de sinais —, o que pressupõe que a outra — a língua portuguesa — deva ser submetida a um processo formal de ensino e aprendizagem mediado por uma instituição escolar, haja vista ser, do ponto de vista fisiológico, impossível para os surdos a sua aquisição natural, por imersão, por exemplo.

No tocante à dimensão pedagógica, essa situação determinará inúmeras diferenças tanto no processo de ensino quanto no de aprendizagem, o que exige um redimensionamento dos atuais encaminhamentos metodológicos, se se espera que os aprendizes não estejam limitados às vivências e experiências tradicionalmente oferecidas em um processo formal de instrução, geralmente distanciadas da dimensão discursiva da língua e limitadas apenas ao seu aspecto estrutural.

Outro aspecto de fundamental importância diz respeito ao ponto de partida para o ensino da segunda língua nos projetos bilíngues, que pressupõe como base a primeira língua do aprendiz, uma vez que o processo de ensino e aprendizagem está fundado em operações linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas que envolvem atividades de associações e contrastes entre as duas línguas em questão.

Desde o nascimento, as crianças ouvintes recebem informações e interagem em sua língua materna, tanto no ambiente familiar quanto em outros espaços sociais de formação, como creches e escolas. Essa língua lhes permite construir hipóteses, categorizações, generalizações, conhecimentos sobre o mundo, desenvolver juízos de valor e, o mais importante, permite-lhes sua identificação cultural com um grupo de referência.

Para as crianças surdas, esse processo tem outras implicações, principalmente para as nascidas em famílias ouvintes, sem referências para identificação linguístico-cultural com outros surdos na infância, como é o caso de 90% delas. Nessa situação, as interações em que as crianças estarão envolvidas não podem ser limitadas aos poucos gestos representativos que os pais e familiares acabam criando para estabelecer a comunicação com seus filhos, geralmente de caráter icônico e contextual, que reduzem enormemente as trocas simbólicas com o meio, tão necessárias ao desenvolvimento da linguagem e de outras funções psicológicas superiores.

O conhecimento sobre o mundo e as operações cognitivas que se estabelecem devem estar condicionados àquilo que elas apreendem por estímulos visuais e outras informações sensoriais que lhes chegam, já que não são mediados e significados por uma língua oral. Tudo isso precisa estar presente junto do sentimento de pertencimento, de identificação com uma comunidade, tão necessário ao fortalecimento da identidade.

Fonte: Sueli de Fátima Fernandes. **Educação bilíngue para surdos**: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p.73-8 (com adaptações).